

A SRA. MESTRA DE CERIMÔNIAS – Senhoras e Senhores, bom dia.

Neste momento, damos início à abertura do seminário Getúlio Vargas – Pensamento, Legado Político e Social do Estadista Brasileiro, uma realização da Assembleia Legislativa, por meio do Memorial do Legislativo, em parceria com os memoriais do Tribunal de Justiça do Estado, do Ministério Público Estadual, do Tribunal Regional Eleitoral, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O encontro conta com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da FAPA e da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul.

O evento é integrante da programação alusiva aos 60 anos da morte de Getúlio Vargas.

Prestigiam este encontro: o deputado Raul Carrion, representando a presidência da Assembleia Legislativa; a coordenadora do Memorial do Ministério Público, promotora de Justiça Velocity Melo Pivatto, neste ato representando o procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga; a coordenadora do Memorial do Judiciário, Mary Biancamano; o coordenador do Memorial do Tribunal Regional Eleitoral, João Friedrich; o coordenador do Memorial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Walter Oliveira; o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Miguel Frederico Espírito Santo.

Painelistas deste encontro: o arquiteto e urbanista André Lapolli, mestre em Planejamento Urbano e Regional; a historiadora e professora Cíntia Vieira Souto, mestre em Ciência Política; o diretor do Memorial do Legislativo, Márcio Farias; o superintendente-geral da Assembleia Legislativa, Artur Souto; o superintendente em exercício de Comunicação Social da Assembleia Legislativa, Jackson Geisel da Silva; o superintendente Administrativo e Financeiro da Assembleia Legislativa, Ricieri Dalla Valentina Junior; a superintendente Legislativa da Assembleia Legislativa, Fernanda Paglioli.

Saudamos as senhoras e os senhores representantes da Imprensa, as senhoras e os senhores presentes, convidando a todos para prestigiar a exposição fotográfica sobre Getúlio Vargas. A mostra possui fotos inéditas de autoria do fotógrafo Pedro Flores e projeto museográfico da arquiteta Juliana Erpen, contendo documentos também inéditos. Ela está instalada no *hall* deste memorial e permanecerá até o dia 12 de setembro, com visitação aberta de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h.

Convidamos o deputado Raul Carrion, representante da presidência da Assembleia Legislativa, para fazer a saudação de abertura deste encontro.

O SR. RAUL CARRION – Em primeiro lugar, minha saudação a todos e a todas que aqui, nesta manhã chuvosa e que prometiam ser de muito frio, se fazem presentes. Pelo menos por enquanto o frio não veio.

Em razão de um imprevisto, o nosso presidente, deputado Gilmar Sossella, não pode comparecer a esta abertura de seminário, tendo-nos pedido para fazer esta saudação inicial. Como historiador, sinto-me muito à vontade e muito interessado em relação ao tema. Independentemente de estar ou não representando a presidência da Casa, eu estaria aqui no dia de hoje, acompanhando este importante evento.

Estão-se completando exatamente 60 anos e um dia da morte do grande estadista Getúlio Vargas. Em função disso, temos esta promoção do Memorial do Legislativo, em parceria com diversos memoriais do Estado – o do Poder Judiciário, o do Ministério Público Estadual, o do Tribunal Regional Eleitoral, o do Tribunal Regional do Trabalho e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Vemos aqui o amigo Espírito Santo e o camarada Valter, do TRT, o que nos alegra muito.

O seminário também conta com o apoio das universidades – a Federal, onde tive a oportunidade de fazer o meu curso; a PUC, onde também realizei cursos; a FAPA, onde fiz pós-graduação. Sinto-me, portanto, em casa.

Getúlio Vargas adotou o gesto extremo de se suicidar, diante do golpe em andamento. Muitas vezes vimos amplos setores da mídia, setores conservadores, atacarem as grandes lideranças deste País, que buscaram um projeto de Nação. Isso aconteceu com Getúlio e com João Goulart.

Mais recentemente tivemos oportunidade de ver também ataques extremamente caluniosos contra governos que vêm procurando transformar o Brasil, mas aquele gesto dele deteve o golpe que iria se realizar em 1954. As grandes mobilizações, que geraram a morte de Getúlio Vargas, em que o povo saiu às ruas, detiveram o golpe naquele momento. Assim como em 1961 a grande mobilização da Legalidade, aqui no Rio Grande do Sul, deteve o golpe. Ainda podemos falar do contragolpe de Lott, quando tentaram impedir Juscelino Kubitschek de assumir. Isso é importante dizer porque alguns acham que o golpe de 1964 foi causado pelos marinheiros ou por isso. Tudo indica provocações da própria CIA. Esse golpe se gestou desde 1954.

Foi uma concepção, que foi se constituindo, dentro das Forças Armadas, de que o poder civil era frágil e de que precisava de um regime de força para garantir os interesses históricos das elites brasileiras. Getúlio Vargas foi uma vítima desse

processo que recorrentemente as elites dominantes tentaram impor ao País.

É importante não só rememorarmos esse episódio, mas compreendermos o que aconteceu. Evidentemente que Getúlio Vargas teve uma trajetória contraditória, com momentos inclusive de regime de certa forma de força, mas até temos que entendê-lo no processo histórico como uma busca, uma tentativa, diante do cerco que ele tinha das oligarquias, de um certo regime de força, uma aliança que ele fez com os trabalhadores no Brasil para impor um projeto de Nação. O primeiro projeto de Nação que temos no Brasil é exatamente o chamado projeto varguista, que teve diversos momentos. Vargas foi deposto em 1945 exatamente quando deu uma guinada no sentido mais popular, no sentido de um projeto anti-imperialista.

Todos nós compreendemos Getúlio Vargas como um grande estadista brasileiro e com certeza o primeiro que realmente propôs um projeto de nação para este País. Hoje aqueles que não querem uma nação soberana dizem que temos de deixar de fora e de lado o projeto varguista, superá-lo. Esse superar significa muitas vezes submeter o nosso País à subordinação internacional, principalmente ao capital financeiro internacional.

Resgatar Getúlio Vargas nos 60 anos da sua morte é algo muito atual, porque significa resgatar um projeto de nação, um projeto soberano, um projeto de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais livre, no nosso País.

Um bom debate a todos, e a Assembleia Legislativa orgulha-se de poder sediar este evento e de contar com parcerias tão qualificadas que enriquecem este Parlamento como a Casa dos grandes debates. Muito obrigado.

A SRA. MESTRA DE CERIMÔNIAS – Saudamos também a presença do Sr. Presidente da Academia Rio-Grandense de Letras, Sérgio Augusto Pereira de Borja, palestrante deste encontro. A seguir daremos início ao primeiro painel.

Convidamos para compor a mesa, como mediador, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, procurador de justiça Miguel Frederico do Espírito Santo; e, como painelistas, o arquiteto e urbanista André Lapolli e a professora Cíntia Vieira Souto.

Neste momento passamos a coordenação dos trabalhos ao Sr. Miguel Frederico do Espírito Santo.

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico do Espírito Santo) – O nosso primeiro painel versa sobre *Origens e Formação* de Getúlio Vargas.

Nesta oportunidade, cumprimento o deputado Raul Carrion, que representa o presidente da Assembleia Legislativa; a coordenadora do Memorial do Ministério Público, procuradora de justiça Velocy Melo Pivatto; o presidente da Academia Rio-Grandense de Letras, Sérgio Augusto Pereira de Borja; a coordenadora do Memorial do Judiciário, Dra. Mary da Rocha Biancamano; os coordenadores dos memoriais do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Regional do Trabalho; e todos os demais representantes das instituições culturais, políticas e sociais que estão aqui presentes.

Os painelistas são conhecidos de todos. A Cíntia Vieira Souto é historiadora, é ligada ao Memorial do Ministério Público, é professora universitária e desenvolve uma vasta pesquisa na área da história política do Rio Grande do Sul. O André Lapolli é ligado ao Memorial do Judiciário e tem também um vasto tirocínio no campo da história do Rio Grande do Sul. Ele é arquiteto urbanista e tem se aprofundado no estudo do processo de transformação urbana, que tem experimentado no Estado desde o século XVIII.

Portanto, nossos painelistas são as pessoas mais abalizadas. O coordenador dos trabalhos fica até constrangido de estar diante de duas pessoas que têm essa bagagem de conhecimentos.

Getúlio Vargas nasceu em 19 de abril de 1882. O ano de seu nascimento foi posto em questão durante muito tempo, mas agora já não resta mais dúvida alguma de que realmente nasceu em 1882, época que no Brasil se notava uma mudança muito paulatina do paradigma do ecletismo do Victor Cousin, do espiritualismo cousanianiano. Aquele foi um paradigma sobre o qual o Segundo Império esteve estribado e começava a ceder espaço para um novo paradigma, o paradigma comtiano, que não foi implantado definitivamente como se pensava fosse possível.

De qualquer forma, em 1882 já havia essa disputa no âmbito das ideias políticas no Brasil – o ecletismo cousanianiano e o positivismo comtiano. O positivismo comtiano começou a entrar na década de 50, no século XIV, através da Escola Politécnica, que era oriunda do momento pombalino, através da Academia Militar, que foi implantada aqui sob a égide de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de Dom João VI, e que se transformou, posteriormente, na Escola Central e, por último, na Escola Politécnica.

Ora, essa escola foi onde o centralismo pombalino foi importado pelo Brasil. A reforma da universidade, efetuada por Pombal no século XVIII em Portugal, e suas ideias reformistas, que tinham um acentuado viés do iluminismo dos napolitanos, do iluminismo josefino, que substituiu o iluminismo joanino, da segunda escolástica portuguesa, possibilitou a Portugal realizar a revolução liberal dos anos 20.

O que quero dizer é que a Escola Politécnica, graças à sua origem e à sua carta de princípios, facilitou o ingresso do positivismo comtiano. É justamente nesse momento que nasceu Getúlio Vargas, que veio de uma família cujo chefe participou da campanha do Paraguai e da Revolução Federalista. Era o tenente-coronel, depois general, Manoel do Nascimento Vargas e que era ligado a Pinheiro Machado e também a Julio de Castilhos, que proporcionaram ao Viriato Vargas a possibilidade de se excluir do processo da morte de Benjamim Torres. Está certo, Cíntia?

Mas o que eu quero dizer especificamente é que Getúlio nasce no lar de um pinheirista e republicano, Manuel do Nascimento Vargas, mas também nasce num lar cuja mãe, Cândida Dornelles Vargas, é irmã de Dinarte Dornelles, e os Dornelles eram de origem liberal e federalista, em 1893.

Getúlio, convive num lar de republicanos e federalistas, mas também convive com republicanos dissidentes como Homero Batista, que foi companheiro de Júlio de Castilhos na Convenção da Reserva. Homero era filho de Felisberto Batista, propagandista da República. Getúlio era sobrinho e afilhado de Aparício Marience, que foi quem propôs a Moção Plebiscitária em São Borja.

Então, São Borja era uma localidade que tinha uma marca bastante indelével no cenário político do Rio Grande do Sul. Grandes nomes eram oriundos de São Borja, onde Getúlio conviveu e se criou.

Não vou continuar falando sobre Getúlio Vargas porque essa é a tarefa dos membros da mesa, eu só quis situar a origem do Getúlio em São Borja e na família. Se eu me alonguei um pouco mais, peço escusas.

Cíntia, vou te passar a palavra para que faça a tua apresentação.

A SRA. CÍNTIA VIEIRA SOUTO – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o Memorial do Legislativo por esta iniciativa e agradecer pelo convite que me foi feito para falar sobre a trajetória de Getúlio Vargas.

Basicamente vou falar sobre o período em que Getúlio foi promotor, o primeiro cargo público por ele desempenhado, e sobre os seus antecedentes, porque ele chegou à promotoria em função da militância política quando foi estudante de Direito.

Vou recuar um pouco ao período em que Getúlio foi estudante de Direito, já cumprimentando os meus colegas, André e Dr. Miguel, e falando da grande

responsabilidade de estar ao lado de quem conhece melhor do que qualquer pessoa esse assunto. Se alguém aqui pode nos corrigir ou acrescentar algo é o Dr. Miguel.

Este trabalho é resultante de uma pesquisa que realizei há tempos, quase 10 anos, sobre o período em que Getúlio Vargas foi promotor de justiça, que naquela época era exercido em Porto Alegre e se chamava promotor público. Como vamos ver, foi um período curto. Essa pesquisa não foi feita só por mim, mas também por um colega que não trabalha mais no Ministério Público, o Álvaro. Por isso que o seu nome consta do trabalho, uma vez que fizemos a pesquisa juntos.

Esses dados que estão no PowerPoint são apenas para nos situarmos, porque o Dr. Miguel já fez uma introdução.

O nascimento de Getúlio data de 19 de abril de 1882. Embora por muitos anos ele tenha colocado 1983 como ano de seu nascimento, hoje se tem o registro de batismo de 1882. Ele fez seus estudos primários em São Borja mesmo e, entre 1897 e 1898, ele e os dois irmãos estudaram na Escola de Ouro Preto, Minas Gerais. Acabaram por ter que retornar em função de um crime que lá ocorreu em que estudantes gaúchos foram envolvidos.

Depois, entre 1900 e 1902, ele ingressou na Escola Preparatória e de Tática, de Rio Pardo, uma escola militar, e chegou a ficar um tempo no Exército. Em dezembro de 1903, ele ingressou como aluno ouvinte na Faculdade de Direito de Porto Alegre, que era a faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e que hoje é a Faculdade de Direito de Porto Alegre, que hoje é a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 1904, ele estava no segundo ano de Direito. Como isso é possível? Ele ingressou como ouvinte em dezembro de 1903 e, em 1904, está no segundo ano. Na verdade, naquela época a frequência era livre na Faculdade de Direito. Ele fez os exames correspondentes ao primeiro ano e entrou já no segundo ano. Isso era possível. Então, em 1904, ele já está no segundo ano e vai se formar no final de 1907.

Aqui vemos uma imagem dos pais dele: a dona Cândida Dornelles, dona Candoca, e o general Manuel do Nascimento Vargas.

Aqui temos uma imagem do Getúlio com 12 anos. São raras as fotos desse período. Algumas dessas imagens eu retirei do primeiro volume da biografia do Getúlio Vargas, do Lira Neto, que levantou algumas imagens boas e raras.

Aqui já estamos entrando no nosso tem. Para chegarmos ao período do Getúlio como promotor, temos de entender o período de Getúlio estudante de Direito e militante do Partido Republicana Rio-Grandense dentro da Faculdade de Direito.

A primeira aparição pública desse jovem foi quando do falecimento do Júlio de Castilhos, em 1903. Alguns dias após o falecimento, foi realizada uma cerimônia fúnebre no Theatro São Pedro em memória de Júlio de Castilhos. Getúlio foi escolhido para falar nessa cerimônia. Isso já diz muito sobre a questão da oratória e a importância do seu engajamento político. Ele não era nem oficialmente ainda aluno ouvinte do Direito e foi escolhido pelos estudantes do Direito para falar em seu nome. Significa que ele já tinha um relacionamento com a Faculdade de Direito da UFRGS antes de ser estudante. Várias pessoas se manifestaram, e ele falou em nome dos estudantes do Direito.

Este trecho foi retirado da biografia de Getúlio, do Lira Neto: *Getúlio, cabelos penteados para trás, bigode com as pontas retorcidas para cima como um galã do cinema mudo se preparava para pronunciar no Theatro São Pedro o primeiro grande discurso de sua vida*. Veremos depois algumas fotos que retratam que de fato ele usava o bigode para cima, que era moda na época. Esse é um trecho do seu discurso.

Esses discursos de Getúlio Vargas estão todos no livro *Getúlio Vargas*, da Série Perfis Parlamentares, que será relançado hoje. Foi feito um levantamento dos textos mais antigos.

Cito um trecho da fala de Getúlio Vargas: *Júlio de Castilhos para o Rio Grande é um santo. É santo porque é puro, é puro porque é sagrado, é grande porque é sábio. Ele foi o homem puro da República, o evangelizador de um povo e o seu berço a Jerusalém dos eleitos*.

Essa linguagem que parece um pouco exagerada era comum na época. Veremos em outros escritos e discursos de Getúlio Vargas também a linguagem naturalista, fazendo alusão à ciência, comparando fenômenos da vida com fenômenos naturais.

Aqui temos uma imagem do enterro de Júlio de Castilhos, em 1903, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre.

Aqui vamos saber um pouco sobre Getúlio Vargas, estudante de Direito. Na verdade, ele fez o curso de Direito em quatro anos. No arquivo da Faculdade de Direito da UFRGS há várias provas feitas por ele. Neste trecho da prova de Direito de Família chama a atenção sua letra muito bonita e nítida.

Getúlio era bom aluno, mas não era extraordinário, não era o melhor aluno da turma. Foi aprovado em todas as disciplinas e obteve dois destaques, duas menções honrosas: em Direito Constitucional e Direito Internacional.

Temos aqui o trecho de uma prova de Economia. Esse trecho é interessante porque levanta algumas ideias que, como político, depois ele colocou em prática. Ele já exprimia algumas dessas ideias aqui na Faculdade de Direito.

O professor Pedro Fonseca, da Faculdade de Economia da UFRGS, que vai estar aqui hoje à tarde, fez um levantamento e estudou bastante as ideias do Getúlio na época em que ele era estudante e como essas ideias influenciaram, principalmente no campo da economia, sua atuação depois como governador do Rio Grande do Sul e como presidente.

O Estado é um aliado do indivíduo. Deve garantir os direitos individuais, deve auxiliá-lo sempre que ele necessitar de tal auxílio. Por isso não serem estabelecidos 'a priori' os casos em que a intervenção do Estado se torne necessária, pois essa seria exigida pela urgência dos fatos. Aqui ele já estava defendendo uma intervenção do Estado na economia e uma intervenção não previamente fixada.

Algumas curiosidades. Quando era estudante de Direito, ele morava numa pensão chamada Pensão Medeiros, que era praticamente de estudantes da faculdade e que ficava atrás do Teatro São Pedro. Ele recebia do pai uma mesada de 200 mil réis.

Este é um trecho das memórias. Uma das fontes que temos para esse período são as memórias de João Neves da Fontoura, que foi colega do Getúlio na faculdade e que relatou alguns fatos sobre esse período. Ele diz: *Getúlio nunca foi um estudante destacado nas matérias do curso. Creio mesmo que nunca o pretendeu. O que lhe dava relevo entre os condiscípulos era a sua maneira de ser, com o esmalte de uma certa autoridade natural, o ar acolhedor, o humor invariável, a boa palestra, a cultura das letras, o equilíbrio precocemente revelado. Já se distinguia como um dos oradores mais apreciados nas poucas vezes em que consentia em fazer discursos.* João Neves, em suas memórias, faz vários comentários sobre esse período. É uma boa fonte.

Um outro momento de aparecimento de Getúlio na vida pública foi por ocasião da visita do presidente Afonso Pena ao Rio Grande do Sul, a Porto Alegre, em outubro de 1906. Era uma ocasião importante, a primeira vez que o presidente vinha a Porto Alegre. Getúlio foi o escolhido para fazer o discurso em homenagem ao presidente. Esse discurso aconteceu na Praça da Matriz. Por isso coloquei a foto dessa praça no início do século XX. Nesse período, o Palácio do Governo era o Palácio do Ministério Público – onde eu trabalho –, que fica na esquina da Rua Jerônimo Coelho com a Praça da Matriz. O presidente Afonso Pena e Borges de Medeiros estavam na janela do palácio, e Getúlio Vargas falou da praça, na frente do prédio.

Trago aqui também um relato de João Neves da Fontoura. Houve um pequeno problema na ocasião, porque os estudantes queriam mandar uma grande comitiva para receber o presidente, que iria chegar pelo porto, mas não foi possível. A comitiva organizadora queria mandar um só, e os estudantes se ofenderam. No fim, acabou sendo solucionada a questão. João Neves da Fontoura contou assim como foi feita a marcha, que foi da Praça da Alfândega, lá do porto, até a Praça da Matriz: *Da Praça da Alfândega é que partimos. Enorme massa de universitários organizou-se, empunhando fogos de bengala, sob os aplausos dos populares que assistiam ao desfile. Ao chegarmos em frente à sede do palácio, o conselheiro Pena assomou à janela cercado por sua comitiva. No silêncio que se fez, a multidão pôde escutar uma voz eloqüente, clara, bem timbrada, com um ligeiro acento fronteiriço. Era a de Getúlio Vargas.* Não vou ler o trecho que está aqui do discurso, em que foi usada uma linguagem bem característica da época. Ele fez várias citações de intelectuais importantes nessa época. Ele citou Euclides da Cunha, Nietzsche. Fez alusão às concepções científicas, por exemplo, Spencer, Darwin. Há algumas comparações bem naturalísticas mesmo no discurso. Em 1906, Getúlio já estava no quarto ano da Faculdade de Direito e já era uma liderança estudantil a ponto de ter sido escolhido para esse evento.

Agora iremos para um momento importante, que foi, de uma maneira mais formal, a primeira atuação política de Getúlio Vargas: a formação do Bloco Acadêmico Castilhista. O que foi isso? Nesse momento, houve uma cisão entre os republicanos. Havia falecido Júlio de Castilhos, e Borges de Medeiros ficou no lugar dele. Haveria uma eleição e, dentro do Partido Republicano, ocorreu uma dissidência. O médico Fernando Abbott resolveu concorrer e, como era do Partido Republicano, reivindicava a herança do Júlio de Castilhos, contrapondo-se ao Borges de Medeiros, que, no caso, havia resolvido que não concorreria, e quem concorreu foi Carlos Barbosa Gonçalves, também um médico, que seria o candidato no caso da situação.

Os alunos da Faculdade de Direito se organizaram num grupo, num bloco. Eram mais ou menos 190 alunos, não só da Faculdade de Direito, mas também da Escola de Guerra, da Escola de Engenharia e da Faculdade de Medicina para apoiar a candidatura do Carlos Barbosa, apoiar o Partido Republicano. Fernando Abbott, além de republicanos dissidentes, também tinha federalistas na aliança. Então, era uma aliança entre republicanos dissidentes e federalistas.

Aqui está o manifesto dos estudantes, que foi publicado na primeira página da *Federação* em 27 de abril de 1907, apoiando a candidatura do Carlos Barbosa e, no caso, atacando a candidatura de Fernando Abbott.

Aqui é uma foto de uma reunião do Bloco Acadêmico Castilhista com Borges de Medeiros. É interessante porque eles eram todos muito jovens, todos

rapazes, mas, olhando pelas roupas, pelo chapéu, parece ser uma reunião de homens de meia-idade e na verdade era uma reunião de estudantes. Aqui está o Getúlio.

Este é um trecho desse manifesto dos acadêmicos. Coloquei para que possam ter uma ideia do tipo de linguagem que eles costumavam usar. Eles disseram: *Condenamos a candidatura desse ilustre patricio à presidência do Estado – no caso, Fernando Abbott –, alcandorado no superior ponto de vista do castilhismo puro, que não permite a nenhum dos seus prosélitos a competição ruidosa aos lugares de honra no seio da administração pública, senão quando a eles são apontados iniludivelmente pelos seus órgãos legítimos. Sem embargo de sua declaração, o Dr. Fernando Abbott, numa heresia que entenebrece a alma republicana, há de querer fatalmente amanhã, em conluio nefrário com os demolidores de todas as castas, incinerar nas labaredas do revisionismo a bula imortal de 14 de julho.* Refere-se aqui à Constituição. A linguagem da época era essa mesmo. Eles atacavam sem piedade. Depois iremos ver outros textos que eles escreveram.

O Bloco Acadêmico Castilhista fundou um jornal, cuja sede ficava localizada na Rua Andrade Neves. Eles tiveram apoio financeiro do governo. O próprio Borges de Medeiros costumava ir à redação do jornal para prestigiá-los. Esse jornal chamava-se *O Debate* e foi lançado em 3 de junho de 1907. Basicamente a função desse jornal foi fazer campanha política para Carlos Barbosa e atacar Fernando Abbott.

Getúlio escreveu aproximadamente 26 editoriais para o debate, nem todos estão assinados. Sabe-se pelo estilo que foi ele ou outro que escreveu. Pelo que sei, há alguns exemplares desses jornais no Instituto Histórico e Geográfico e alguns aqui no Memorial do Legislativo. Esses jornais são documentos bem importantes para estudarmos esse período.

Coloquei fotos aqui para ilustrar. Algumas são do livro do Lyra Neto, e outras são fotos que tínhamos no Ministério Público de uma exposição que fizemos há alguns anos. Aqui está uma foto do Getúlio com 22 anos. Podemos vê-lo bem na moda da época, em que os rapazes usavam bigode.

Este é o trecho de um editorial escrito por Getúlio Vargas: *Só então verificou-se a natureza íntima da agitação fernandina: organismo a que se não podia insuflar vida pela desconjuntura de membros inadaptaíveis na formação de um monstro de difícil caracterização.* Essa linguagem naturalista é o que mais se encontra nesses trechos. Eu, que sou professora universitária e que dou aula para jovens, considero interessante a erudição desses jovens com essa idade escreverem um texto erudito com esse tipo de vocabulário. Hoje em dia isso está difícil.

Esses jovens tinham uma militância política bem ativa. Eles fizeram uma série de visitas ao interior do Estado para defender a candidatura do Carlos Barbosa. Getúlio Vargas participou dessas visitas, em que havia uma espécie de comício e em que eles falavam. Uma das áreas mais visitadas foi a serra gaúcha, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias. Eles se dividiam, e cada grupo ia para uma cidade fazer campanha política. Aqui, em novembro de 1907, temos uma notícia sobre um discurso que Getúlio Vargas fez em Novo Hamburgo: *Ali orou de uma janela o nosso companheiro bacharelando Getúlio Vargas, que, em frases brilhantes, saudou o partido local, ressaltando a necessidade de estender a todos os homens de bem a ideia genuína do castilhismo, inconfundível com os grupinhos incolores, vivendo da ambição de explorar a ingenuidade dos incautos com promessas falazes no puro campo da retórica.* Foi mais uma atividade política de que ele participou.

Esta imagem é da Faculdade de Direito da época.

Não encontrei o *Petit Journal*. Estou usando a referência do Lyra Neto, mas mesmo ali não ficou claro se ele achou o jornal. Como ele coloca o jornal, eu tinha vontade de lhe perguntar se ele achou o jornal.

O *Petit Journal* tinha um viés meio cômico. Aqui fez um deboche da participação dos jovens na campanha e levantou quais eram as motivações desses jovens para participarem da campanha do Partido Republicano. Nesse jornal – nem eu nem o Dr. Miguel achamos, mas de repente o Lyra Neto, que é o biógrafo do Getúlio, encontrou –, tem até uma caricatura ilustrando esse trecho. Olhem o que ele diz em 12 de novembro de 1907: *O centro republicano fez ontem a entrega de vários mimos aos bambinos que andaram em excursão política pelo interior pregando a candidatura do Dr. Barbosa Gonçalves. Tornou-se comunicativa a alegria da petizada ao receber bolas de borracha, cordas, chocalhos, caixas de soldadinhos e apitos.* Então, ele está debochando e dizendo que eles eram uns guris e que estavam se metendo em coisas de gente grande.

Continuou: *Um propagandista destoou do concerto das risadas da gurizada, emburrando-se todo e dizendo – daí com voz infantil: Isso não quero, quero uma promotoria, que foi o que me prometeram.* Ele diz: *Depois, benzinho, quando sair da escola ganhará uma promotoria. Todos os abnegados assim hão de ter uma.* Aqui já fica mais ou menos explícito que essa militância toda teria uma contrapartida para esses jovens.

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico Espírito Santo) – Só quero fazer uma homenagem à Velocy.

O próprio *Le Petit Journal*, terminada a campanha e eleito Carlos Barbosa, publica uma charge. Nessa charge, há diversos meninos que estavam concluindo a Faculdade de Direito e o Borges de Medeiros no centro. O Borges pergunta para eles: *E agora, querem uma caixa de chocolate ou uma caixa de chocolate para cada um?* E o Getúlio diz: *Não, quero ser promotor público.*

Lembra disso?

A SRA. CÍNTIA VIEIRA SOUTO – Lembro. Mas o senhor encontrou a charge? Só a citação, não é?

O Getúlio formou-se em Direito em 25 de dezembro de 1907. Temos aqui para mostrar a foto de formatura dele. Em 20 de janeiro, menos de um mês depois, foi nomeado 2º promotor público da comarca de Porto Alegre.

Tenho em mãos também um trecho das memórias do João Neves, que dizia: *A Promotoria Pública de Porto Alegre vinha sendo um lugar em que os governos caprichavam em preencher com valores comprovados.*

Aqui, está o livro com o termo de posse dele como promotor. Vê-se quem era o procurador-geral do Estado, na época, Manuel André da Rocha. Podemos ver ali escrito. Aqui a assinatura dele. Consta no Memorial do Ministério Público o livro original

Há referência a João Neves da Fontoura. Getúlio Vargas aceito sua promoção para a 2ª Promotoria de Porto Alegre, vaga com a morte de Tomás Malheiros. A partir daí, começou sua carreira forense.

Um promotor ganhava, na época, 330 mil réis e vivia bem. Vivia bem para um jovem que não tinha família e era estudante. Naquela época, o Ministério Público não era um carreira, como é agora. As vagas eram preenchidas com nomeações políticas. Os promotores não tinham nenhuma garantia. Podiam ser demitidos livremente pelo procurador-geral. Esse cargo era considerado como mais uma etapa para uma futura carreira política, ou para uma carreira na magistratura do que propriamente uma carreira.

Era comum os jovens estudantes de Direito que tinham ligações políticas passarem um tempo no Ministério Público. Foi exatamente o que o Getúlio Vargas fez. Depois, ele desenvolveu outras carreiras.

Getúlio Vargas trabalhou como promotor por exatamente um ano.

O levantamento que fizemos mostra que atuou em cerca de 48 processos. Desses 48 processos, 25 estão no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Então, temos por completo esses 25 processos. Os outros conseguimos acessar por notícia de jornal. Nos jornais da época, havia uma seção forense, na qual constava as notícias sobre algum júri ou denúncia. Foi dali que conseguimos. Agora, nem todos os processos foram preservados.

Só para termos uma ideia, o Código de Processo Penal que se usava na época era esse código de 15 de agosto de 1898. Nesse período, a partir da Constituição da República, os Estados tinham liberdade para legislar em matéria processual. Hoje, sabemos que é privativo da União legislar em matéria processual. Por exemplo, os Códigos de Processo Civil e Penal são empregados igualmente para todo o Brasil. Naquela época não, cada Estado podia fazer sua código. Muitos Estados fizeram seu Código de Processo Penal e até o Código de Processo Civil separados. O nosso era de 1898.

Trago também uma cópia de uma folha de um desses processos. Esses processos são manuscritos. De alguns a leitura é mais fácil, depende da letra do escrivão. Outros são muito complicados. Há que se fazer o aprendizado à medida que se vai lendo cada um deles.

Aqui, um trecho de um processo assinado por ele, com a assinatura dele subscrita.

Para entendermos algumas peculiaridades desses processos devemos estudar a legislação da época em que ocorreram. Por exemplo, hoje em dia, sabemos que somente são julgados pelo Tribunal do Júri os quatro crimes dolosos contra a vida, a saber: instigação ao suicídio, homicídio, aborto e infanticídio.

Naquele período, praticamente tudo era julgado pelo júri popular. Tudo era julgado pelo Tribunal dos Júri. Alguns crimes eram julgados pelo juiz singular, mas o normal era o júri popular. Lesões corporais leves, furto, sedução, estupro, tudo era de competência do Tribunal do Júri. Esse processo tinha duas fases: uma fase preparatória, ou de indagação policial, e outra judicial.

Aqui coloquei, só para ilustrar e para não ficar chato, alguns trechos de alguns processos do Getúlio. Verificamos o tipo de crime com o qual ele trabalhou. Esses crimes são bem ilustrativos da Porto Alegre do início do século XX. Eram pequenos crimes, como briga de faca, briga de bêbado. Dois sujeitos haviam bebido, saíam do bar e acabavam brigando, um esfaqueava o outro.

Houve muito processo de sedução. Muitas vezes era aquele processo de estupro que não era estupro. Às vezes, era um casal que tinha tido um

relacionamento, e o pai da moça, querendo que o rapaz casasse com ela, acusava o rapaz de estupro. Às vezes, o processo se resolvia até com casamento. Era com esses tipos de crime que Getúlio trabalhava. Depois vou mostrar-lhes as tabelas.

A seguir, lerei um trecho de um processo da fase do inquérito policial, da indagação policial.

Na noite de 25 do corrente, às 10 horas aproximadamente, Cândido José da Silva, mais conhecido pelo diminutivo, Candinho, Praxedes José da Silva, Otacília de Oliveira, Célia Guimarães, Delfina Guimarães e Hermina Guimarães achavam-se reunidos no quarto da frente do número 81, da Rua Luiz Afonso, residência de todos eles, e falavam sobre um casaco que Célia fizera por encomenda de Otacília, nascendo aí forte discussão entre ambas. Cândido, amásio da última, tomou parte na contenda e deu uma bofetada em Célia. Praxedes, vendo a sua amásia castigada, interveio em sua defesa, tomando parte no conflito, e Cândido, de canivete em punho, tentou feri-lo. Praxedes, então, sacou da faca, que trazia consigo, e vibrou certo golpe no ventre de Cândido. (...)

Esse é um processo típico dessa época. São pessoas de baixa renda reunidas, às vezes, com bebida alcóolica envolvida.

Depois dessa fase de indagação, começa a fase judicial, que tem a denúncia ou a queixa.

Este é um processo interessante porque a denúncia, no caso, é feita pelo Getúlio. Neste processo, há algo diferente que não tem nos outros.

A 16 do mês próximo findo, achava-se o denunciado na casa de Aurélio Dias do Nascimento (...) juntamente com Bento Joaquim Rodrigues(...). Após a recusa de José Maria à intimativa de lhe pagar bebidas feita por Bento, este vibrou dois relhaços naquele. A esta agressão revidou José Maria com um canivete de que se achava armado (...). 'Parece que por uma singular inversão da lógica jurídica, a verdadeira vítima é quem comparece como réu' e para que se lhe apure a responsabilidade esta promotoria oferece a presente denúncia contra José Maria de Carvalho, por incurso nas penas do art. 303 do Código Penal (...).

Ele colocou isso porque já vislumbrou um caso de legítima defesa. Quem estava como réu foi a pessoa agredida que foi se defender. É interessante porque é um processo em que percebemos que Getúlio desviou da fórmula normal que eles utilizavam.

Depois há a fase de formação da culpa, que tem uma fase secreta e uma pública.

O interessante é que esse processo é misto: ao mesmo tempo, ele é inquisitório e acusatório. Era uma reação ao liberalismo do Código do Império. Ele tinha algo que hoje não há. Por exemplo, o juiz podia fazer investigações por conta própria, que chamamos de investigações de ofício. Hoje em dia, não pode.

Depois tem a fase secreta, com interrogatório e inquirição de testemunhas. Se o juiz estivesse convencido da materialidade da autoria, ele mandava o processo para o júri. É isso que difere do nosso processo, que iam todos para o júri.

Na fase pública, havia uma nova audiência com interrogatório, com a presença do promotor. Depois, havendo pronúncia – pronúncia é aquela sentença que manda o processo ao Tribunal do Júri –, o processo era enviado para a preparação da sessão.

Esta foto do Getúlio é um pouco posterior, é de 1911, com 28 anos.

Aqui há o libelo, que não vou ler para não cansar vocês, mas foi feito por ele.

Quero falar sobre algumas peculiaridades desse júri aqui. Esse júri foi regulamentado pela lei de 1895, que regulou a Justiça Estadual. Ele era muito diferente dos júris que ocorriam nos outros Estados. Por exemplo, se diminuísse o número de jurados de 12 para cinco, o voto não poderia mais ser secreto, teria de ser descoberto. As recusas de jurados, que em geral eram imotivadas, tinham de ser motivadas.

A constitucionalidade desse dispositivo provocou um questionamento no Superior Tribunal Federal da época, mas um juiz resolveu que não iria aplicá-lo porque o considerava inconstitucional. Então essa matéria, de diminuir o número de jurados e tornar mais transparentes as decisões, foi levada para o Supremo, onde foi julgada constitucional em 7 de outubro de 1889.

Aqui podemos visualizar o ponto nos processos onde não se relata a fala do promotor. A acusação que o promotor faz, a réplica e a tréplica não estão escritas nos processos. Normalmente o que está escrito é que foi dada a palavra ao promotor, mas não consta nenhum resumo dessa fala.

A única forma de acessar essa informação é pelos jornais. Alguns jornais publicavam a fala do promotor, principalmente nos processos com maior impacto, como crimes, por exemplo.

Aqui podemos ver um júri, matéria tirada do *Correio do Povo*, cujas

informações relatam a fala do segundo promotor: *Concluída a defesa, ouve descanso dos jurados. Quinze minutos depois foi reaberta a sessão, ocupando a tribuna o segundo promotor. Por longo espaço de tempo, o Dr. Getúlio Vargas trouxe presa a atenção do tribunal estudando o processo e os precedentes do réu. O segundo promotor, que foi muito aparteado, terminou pedindo a condenação do delinquente. Teve, então, a palavra, o Dr. Teixeira de Andrade, que secundou a promotoria pública rebatendo a defesa.* O Dr. Teixeira de Andrade era, provavelmente, o advogado assistente de acusação.

Para sabermos como era a atuação de Getúlio Vargas como promotor, precisamos procurar nos jornais, porque nos processos não encontramos.

No processo de Antônio Paixão, podemos ter uma visão de como um caso pode se transformar em função da trajetória biográfica da pessoa.

Esse processo, que foi citado por alguns biógrafos de Getúlio, como Paul Frischauer e Carrazzoni quando ele já era presidente, principalmente na época do Estado Novo, foi publicado por meio de uma série de biografias, muitas de caráter bem laudatório, inclusive com ampla distribuição nas escolas, referindo-se ao período em que ele foi promotor. Mas percebe-se uma distorção; o que era comum acaba aparecendo como uma antecipação da glória futura de Getúlio Vargas.

Nesse caso de Antônio Paixão, em que Getúlio pediu a absolvição do réu porque percebeu que era um caso de legítima defesa. O interessante é a narração do processo, que acaba ficando muito transformado pelo modo como os biógrafos o narram. Eles enfeitam bastante para elogiar, para mostrar como Getúlio Vargas já era justo quando era promotor, porque ele já pedia absolvição de um réu que ele considerasse inocente.

Temos aqui a descrição do processo: *Na noite de 22 do corrente achavam-se reunidos, na casa de Fortunado de Barros, na Rua Três de Novembro, antigo Beco do Oitavo, muitos indivíduos, entre eles Antônio Paixão, Benjamim Ozório e Serapião Fernandes. Às 10 horas e pouco, quando todos já se retiravam, Fortunato dirigiu-se a Serapião e o repreendeu por estar de namoro com uma rapariga amásia de seu amigo. Esse, não conformado com a repreensão, insultou Fortunato, que o agrediu não conseguindo feri-lo. Estavam os dois em luta quando tomou parte dela Antônio Paixão, que, depois de Serapião retirar-se, vibrou com o formão profundo golpe em Fortunato na altura do pente. O agressor em seguida evadiu-se, sendo minutos depois preso por um agente do 7º Posto, que pelos apitos de socorro acudiu ao local.*

Aqui temos uma notícia de jornal da época, que não vou ler para não cansá-los, mas André Carrazzoni, um dos biógrafos de Getúlio, em 1939, numa biografia

bem laudatória, conta esse episódio assim: *Getúlio Vargas empossara recentemente o cargo de promotor público. Precisamente naqueles dias, um boêmio turbulento, serenatista dos subúrbios, atacou e agrediu, à noite, um operário que se recolhia ao lar. Ouviram o que eu falei? Em revide à agressão, o operário desferiu no desordeiro um golpe de formão, ferramenta do seu trabalho. Instaurou-se processo contra o operário, por crime de ferimentos leves. (...) Um rábula, que farejava todas as oportunidades de se fazer ouvir da tribuna judiciária, correu a dar a sua assistência ao réu.*

Eu não sei de onde ele tirou essa notícia (...) *No dia do julgamento, lá estava o chicaneiro, a ocupar a tribuna da defesa, solene e importante, ao lado de um montão de livros, torre babélica de erudição, ameaçando desabar sobre o bacharel noviço. (...) Ia começar o torneio com o duelo dos tratadistas, o choque das autoridades, a guerra dos autores. O promotor público subiu à tribuna, placidamente. Fez o histórico do caso, num resumo lapidar, para pedir logo aos jurados a absolvição do réu, no interesse da própria justiça. Descendo da tribuna, com a mesma tranquilidade de minutos antes, lançou olhar furtivo ao seu confuso antagonista: a torre babélica dos criminalistas como que desmoronava, sepultando, nas suas ruínas de textos, a miragem do discursador.*

Vemos aqui que ele, de fato, pediu a absolvição. Isso é verdade, ele percebeu pelo processo que era um caso de legítima defesa, mas essa narrativa de que era um boêmio, que tinha atacado...eles estavam todos juntos num mesmo lugar, provavelmente bebendo e fazendo alguma farra e houve uma briga. Só que virou um boêmio que atacou um trabalhador que estava se recolhendo ao lar com seus instrumentos de trabalho. Uma coisa bem da década de 30, a valorização do trabalho e, digamos, a condenação da vagabundagem. É bem interessante ver como um episódio pode aparecer depois.

No final do ano de 1908, Getúlio pediu uma licença de três meses e foi para São Borja. Depois ele retornou e pediu a sua exoneração.

A notícia da federação, de março de 1909, diz o seguinte:

Foi concedida a exoneração pedida pelo nosso distinto amigo Dr. Getúlio Vargas do cargo de 2º Promotor Público dessa comarca. O Dr. Getúlio Vargas durante o tempo em que exerceu aquela espinhosa função, manteve sempre na mais brilhante evidência o seu talento e os seus dotes apreciáveis de apóstolo da justiça e conhecedor do Regime. Tendo resolvido transferir a sua residência para São Borja e ali exercer a advocacia, nosso ilustre amigo exonerou-se da investidura com que o distinguira o governo do Estado e em cujo exercício teve sempre o aplauso público.

Aqui tem um detalhe, a importância dele dentro do partido para ser publicado esse tipo de notícia elogiosa no jornal.

Mostrarei, rapidamente, a tabela dos crimes para contextualizar um pouco. Tudo indica que ele planejava desde o começo ficar pouco tempo na Promotoria. Um dos indícios é que ele continuou morando na mesma pensão Medeiros, embora ele estivesse ganhando mais e numa posição melhor. Ele poderia, de repente, alugar uma casa ou um apartamento, mas continuou morando na pensão.

Existe uma carta, citada pelo Lira Neto, do irmão dele, Viriato, escrita em 7 maio de 1908. Ele saiu da Promotoria, exonerou-se em março de 1909, mas em maio o Viriato escreveu em um dos trechos: *Em novembro, espero-te com certeza, segundo prometeste*. Então, tudo indica que ele já tinha comunicado a família que no final do ano se afastaria da Promotoria. O projeto dele era ficar mesmo pouco tempo.

Para vocês terem uma visão desses processos, os que não têm localização, ali no fim, são os que não foram encontrados, são aqueles que levantamos para o jornal, com o nome do acusado, a data, a peça feita pelo Getúlio. Há muitos processos no qual ele fez só a denúncia ou o júri, mas que não atuou em todo o processo. Temos a ideia da maioria dos crimes, a sentença e a localização, quando eles são do Arquivo Público.

Chama-nos a atenção, uma característica da época, o número grande de absolvições e o tipo de crime: homicídios, tentativa de homicídio, estupro, ferimentos graves, ferimentos leves, roubo. Temos as penas também. A pena maior foi de 23 anos e quatro meses de prisão. Outra coisa que chama a atenção é que nesses processos há apenas duas mulheres réis.

É basicamente isso. Para quem tiver interesse, esses processos estão no Arquivo Público. Eu quis dar uma ideia para vocês desse período em que Getúlio Vargas foi estudante e foi promotor, e, de fato, não temos, fora essas fontes, fora memórias, muito mais para explorar. Mas sem dúvida esse período e, principalmente, a atuação no júri, na tribuna, fez com que Getúlio desenvolvesse habilidades que depois lhe seriam importantes na política.

Outro ponto importante é o contato com a sociedade, com a criminalidade, que também deve ter dado a Getúlio uma perspectiva mais próxima do que era, de fato, essa sociedade. Afinal, ele era um jovem de elite, privilegiado, e naquele momento teve contato com as camadas mais baixas da população. Esses dois fatores provavelmente tiveram bastante impacto na carreira política que veio a desenvolver mais tarde.

Obrigada.

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico Espírito Santo) – Agradeço a brilhante exposição feita pela Cíntia.

Registro a presença do desembargador José Carlos Teixeira Georgis, que é especialista no júri rio-grandense e homem que trabalhou com Alcides Lima, o juiz que terminou sendo sacrificado em função do júri castilhista.

O castilhismo, todos sabem, é uma prática política de cariz positivista, cujo grande objetivo é a modernização do Estado ou da sociedade rio-grandense. E um dos mecanismos de modernização da sociedade – quer dizer, aquela ideia de transformação do bárbaro em civilizado, da barbárie em civilização – era justamente a educação racional e moral dos espíritos, inscrita no ideário de Comte.

O promotor era uma pessoa que tinha uma exposição muito grande em termos de horas no júri e deveria ser, necessariamente, uma pessoa de ilibada conduta; dentro dos parâmetros do castilhismo, deveria servir de exemplo para aquele que estivesse ouvindo-o, de exemplo para a população. Em função de sua atuação no júri, era um agente da educação moral e racional dos espíritos.

Isso está escrito no Código de Processos. Aliás, tive diversas audiências com o professor Francisco Rodolfo Simch nos anos 70, em função do Código de Processos castilhista.

Concedo a palavra ao arquiteto e urbanista André Lapolli, que tem muito a dizer sobre a atuação de Getúlio na advocacia são-borjense, em seu retorno para aquela cidade.

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – Bom dia a todos os que prestigiam este evento nesta data tão marcante da história do Rio Grande do Sul e para a história do Brasil.

Gostaria de começar a minha fala agradecendo o convite do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, na pessoa do seu diretor, o Sr. Marcio Antônio Farias e do Sr. Carlos Roberto Coelho. Gostaria de agradecer, igualmente, às demais instituições que conjuntamente estão promovendo este seminário – o TJRS, o TER, o MPRS, o TRT4 e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Em especial, agradeço ao Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul – ao desembargador José Carlos Teixeira Georges, à Mary Biancamano e a todo o pessoal do administrativo, que muito incentivou a minha pesquisa.

É uma honra dividir este painel com a professora Cíntia e com o promotor Espírito Santo. Vou começar a minha fala retornando um pouco ao que o deputado Raul Carrion afirmou sobre a importância da figura de Vargas.

A história republicana do Brasil moderno foi marcada por uma figura central, um personagem que até hoje, 60 anos após a sua trágica morte, ainda é referência na política nacional. A importância de Getúlio Vargas é inegável, e o entendimento de seu legado se faz necessário para quem pretende estudar com mais profundidade o Brasil contemporâneo.

Personagem enigmático, de muitas facetas, capaz de compor apoio com os políticos dos mais variados ideológicos, indo da extrema esquerda comunista de Luis Carlos Prestes à extrema direita fascista de Plínio Salgado, governando ora como interventor, ditador ou presidente eleito. O gaúcho natural da cidade de São Borja ficou conhecido pelo seu sorriso enigmático, de natureza dúbia e indecifrável, resumido pela expressão, imputada pelo pesquisador inglês Richard Bourne, *esfinge do pampa*.

Getúlio sempre foi cultivador dessa característica pessoal, com estilo pessoal de política, ocultando sempre suas verdadeiras intenções e expressando-se de uma forma pouco clara e muitas vezes paradoxal, não demonstrando claramente as suas convicções nem políticas, nem ideológicas. Ele deixava tudo meio mascarado atrás daquele sorriso enigmático.

Getúlio também foi o político que mais tempo esteve à frente do governo brasileiro no período republicano. Foram quase 20 anos, chegando como chefe revolucionário em 1930, como presidente provisório entre 30 e 34, como presidente eleito de forma indireta de 34 a 37, como ditador no estado novo de 37 a 45, e retornando, após ser derrubado em 45, como presidente eleito em 1950, não terminando seu mandato em 54.

Antes de Getúlio, o Brasil da primeira república era um País dominado por uma aristocracia cafeeira centrada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência através de um acordo político chamado café com leite.

A economia brasileira ainda estava em seu estágio inicial de industrialização, com uma matriz fortemente agrária e rural, tendo no café o seu principal produto de exportação. Politicamente havia uma autonomia muito grande nos Estados frente à Federação, e as oligarquias rurais ligadas ao campo se perpetuavam no poder através da prática do colonialismo, controlando os eleitores, e do voto de cabresto.

Os trabalhadores em geral não participavam da atividade política nacional,

não tendo seus direitos reconhecidos perante a lei. Igualmente, as mulheres não possuíam direito de voto e não havia uma justiça separada que tratasse exclusivamente das questões eleitorais, o que facilitava a perpetuação dessa elite e de seus aliados.

Foi sob o longo período do governo Vargas, conhecido como era Vargas, que houve o rompimento com essas velhas oligarquias e profundas modificações foram realizadas tanto no campo político como no campo econômico e social.

Mesmo tendo uma base estrutural conservadora, Vargas inaugurou uma política de incentivo à industrialização nacional, tendo o Estado como grande investidor e, nas indústrias de base, a imagem de um projeto nacional desenvolvimentista, promovendo o capitalismo nacional independente.

No campo político, Vargas lutou contra os poderes estaduais, fortalecendo o governo central, que passou a ser o grande protagonista da economia, criando mecanismos sociais, como o sufrágio universal e a justiça eleitoral, para cuidar apenas das questões eleitorais.

No campo social, organizou o trabalho através de várias medidas, como o salário mínimo, a formação de sindicatos, a previdência social, a constituição de uma justiça exclusiva para tratar das questões trabalhistas. Contudo, esse mesmo Vargas que modernizou as estruturas do Estado Brasileiro derrubando as antigas oligarquias, acabou por se aliar com outras planejando e executando o golpe de Estado, que suprimiu liberdades individuais, censurou a imprensa, extinguiu partidos políticos, indo contra o próprio discurso liberal que o havia levado ao poder.

Dúbio, nunca escondeu a sua simpatia pelos países do eixo, mas, forçado pelas circunstâncias, acabou por aliar-se aos Estados Unidos e a seus aliados na Segunda Guerra Mundial. Foi deposto em 1945 pelos mesmos grupos militares que estavam com ele no poder.

Não se dando por vencido, Vargas acabou voltando nos braços do povo, eleito democraticamente, mas não chegou a terminar o seu mandato. Sofreu uma terrível oposição dos setores conservadores, foi acuado e pressionado por denúncias de corrupção e até mesmo de assassinato, vindo a se suicidar no dia 24 de agosto de 1954.

É a partir dessa longa trajetória marcada por tantos acontecimentos e por tantas mudanças de rumo, tanto no contexto político e social como em suas formas de atuação, que Getúlio foi sempre identificado por aliados inimigos por algumas de suas muitas facetas: de estadista, de caudilho gaúcho, de líder populista, de protetor dos trabalhadores e pai dos pobres, de ditador e de velha raposa política capaz de

mudar de lado conforme as circunstâncias.

Nessa procura por uma personalidade capaz de resumir essa longa história política, uma pergunta surge cada vez que um historiador ou um biógrafo se detém em descrever a figura do presidente, de quem realmente foi Getúlio Vargas.

Pode passar o próximo.

Nessa busca pelas origens, muitos biógrafos de Vargas mergulharam em seu passado e encontraram uma simples acumulação de acontecimentos, uma trajetória linear e coerente com o fim ao qual ele estaria predestinado: a presidência da República.

Nesse sentido, como bem nos coloca Pierre Bourdieu, o conhecimento do final da história engana e direciona o olhar do pesquisador fazendo com que a sua trajetória pareça como um fato unidirecional, com uma ordem cronológica desde um começo, que seria a sua formação regional, ao seu fim como líder nacional e presidente.

Essa é uma criação artificial de sentido que acabou fazendo com que muitos aspectos interessantes da trajetória pessoal de Vargas fossem negligenciados em detrimento de sua natural habilidade política, mostrada como algo latente desde o início.

Dentre esses aspectos interessantes, chamou-nos a atenção a falta de importância que foi dada à carreira de Getúlio Vargas como advogado em sua cidade natal: São Borja. Essa longa trajetória, que vai de 1909 – quando o então jovem bacharel deixa a promotoria de Porto Alegre – e se encerra em 1923 – quando o já experiente advogado é chamado à capital federal para assumir a vaga de deputado federal –, foi, certamente, mais do que um complemento menor para a sua carreira política, foi a sua porta de entrada para formas mais elevadas de se fazer política.

No caso de Vargas e sua família, o seu retorno a São Borja marcaria justamente a procura de alguém com respaldo para ocupar esse papel. Não foi à toa que Vargas foi eleito para a Assembleia de Representantes – como era chamada a Assembleia Legislativa à época – logo após retornar a São Borja, ainda no ano de 1909.

A partir de então, política partidária e advocacia passaram a fazer parte de uma mesma esfera para Getúlio, representou a sua passagem para exercer uma política maior: a capacidade de mediar gerações e traçar laços verticais e horizontais rumo a uma liderança regional.

Analisar apenas uma dessas esferas, como é habitualmente feito pelos biógrafos de Vargas, mostra apenas um lado dessa complexa relação. Dessa forma, a presente exposição terá por objetivo apresentar parte dessa lacuna, apoiando-se em uma pesquisa ainda em andamento que tem como base o uso de uma fonte pouco conhecida sobre o período em que Vargas atuou como advogado em São Borja.

A redescoberta dos livros de atas das sessões da comarca de São Borja trazem à tona novos dados sobre o período em que Vargas atuou como advogado entre 1909 a 1923.

A partir deles e de outras fontes que mostraremos mais adiante, buscaremos estabelecer não apenas o perfil de Vargas como advogado, mas também as relações de poder entre a lide de São Borja e os demais agentes mais abaixo na escala social, buscando, na análise dos seus casos, os pontos de contato e mediação que permitiram ao jovem advogado ampliar os seus horizontes políticos no contexto de relações de reciprocidade e de troca de favores característicos da época.

Pode passar o próximo.

Sobre a trajetória de Vargas. Ele retorna em dezembro de 1908 para as festas de final de ano.

Por favor, volte um pouquinho.

Falarei sobre os antecedentes e sobre o contexto histórico.

A deposição do imperador D. Pedro II, em 15 de novembro de 1889, mudou a forma do governo brasileiro, afetando significativamente as estratégias e redes clientelistas que haviam se moderado no regime que foi substituído.

O poder regional foi reforçado, e os líderes locais estavam alinhados em uma complexa rede de relações hierárquicas que iam desde o coronel, que era o líder local, até o presidente da República, que era o líder nacional, envolvendo compromissos recíprocos em um intrincado sistema de poder baseado na troca de favores por votos, originados desde uma escala municipal – isso era o chamado coronelismo.

Também uma característica da República Velha era o federalismo, que foi implantado em substituição ao centralismo imperial e forçou a criação de um novo fator político com amplos poderes: o presidente do Estado, eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, chefe absoluto do estado. Em torno dele, passaram a se arregimentar as oligarquias locais, entre as quais estavam os chamados coronéis.

Por meio desse sistema com base na barganha entre os diferentes níveis de poder, o governo estadual garantiu o poder do coronel sobre os seus dependentes e os seus rivais cedendo cargos públicos dos mais variados graus. Esse, por sua vez, dava em troca o apoio ao governo na forma de votos de seus dependentes, controlados igualmente por uma política de troca de favores. Por fim, os governadores apoiavam o presidente, que, em seu favor, dava o reconhecimento do domínio estadual aos governadores.

Entendido dessa forma, o coronelismo foi um fenômeno datado, que mostra suas primeiras iniciativas com a Proclamação da República, em 1889, consolida-se com a política de governadores, em 1898, e finda justamente com a Revolução de 1930 e o simplorismo da prisão dos grandes coronéis baianos.

Seu último respiro foi dado em 1937, com a implantação do Estado Novo e a derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes líderes do coronelismo. Nesse contexto, marcado pelo forte apelo às relações de troca e favores entre os envolvidos, quer seja na forma vertical ou mesmo na forma horizontal, formando diversas hierarquias, as elites locais buscavam modos de legitimar sua liderança.

Em uma estrutura em que o jogo político era dirigido por uma elite de corte, herdada ainda dos tempos imperiais, o diploma de curso superior, em especial o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, representava a inclusão na ilha dos letrados, daqueles que dominavam a política e se propunham a sobrepor ao mar dos analfabetos, das pessoas comuns.

Essa estrutura era realidade no Brasil da Velha República, especialmente nos interiores dos Estados, ainda tão desprovidos de formalidades institucionais, dominados pelas grandes propriedades rurais e suas relações sociais personalizadas em termos de dependência pessoal em relação ao senhor, uma dominação de forma elementar de pessoa à pessoa.

Portanto, os bacharéis, com seus diplomas de nível superior, estariam mais habilitados para as práticas políticas, capazes de influenciar as relações entre a elite e os vários agentes abaixo na escala social.

Donos de uma capital social advindo da academia, conhecedores desses laços verticais e horizontais, num complexo jogo de relações entre elite e subalternos e entre o centro e o interior, caracterizados pela lógica de relações de reciprocidade, os bacharéis de Direito seriam os mediadores ideais nesse contexto.

Foi nesse contexto em que surgiu o Getúlio Dornelles Vargas, nascido na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul, na região fronteira entre Brasil e Argentina, no dia 19 de abril de 1882. Era o terceiro filho do estancieiro, Manuel do

Nascimento Vargas, importante chefe político republicano, pertencente a uma das famílias mais relevantes da região.

Getúlio cresceu às sombras dos irmãos mais velhos, o primogênito Viriato, que seria o natural herdeiro político de Manuel, e de Protásio.

Agora vou abordar sobre a passagem de Getúlio Vargas de promotor para advogado em São Borja.

Quando Getúlio Vargas retornou a São Borja para as festas de final de ano, em dezembro de 1908, seu destino já estava escolhido. O irmão, Viriato, e o próprio pai, o coronel Manuel Vargas, mantinham Getúlio a par da situação política na cidade com cartas periódicas.

O pedido de licença do cargo de promotor por três meses era provisório, mas serviria para o jovem advogado preparar o seu retorno para a casa.

A calorosa recepção patrocinada por Antônio Sarmanho, importante empresário local que seria o futuro sogro de Vargas, demonstrou o grau de prestígio que o jovem advogado adquiriu entre as famílias mais poderosas da região, descreve o jornalista e o mais recente biógrafo de Vargas, Lira Neto.

Getúlio foi recebido com festa na volta a São Borja. Como as notícias forenses do jornal *A Federação* eram orgulhosamente reproduzidas nas páginas do jornal republicano da cidade, os são-borjenses acompanhavam com interesse, passo a passo, a trajetória profissional daquele jovem promotor, que, tempos antes, saíra dali tão discreto, um menino tão calado. Reaparecia homem feito, aos 26 anos, com a reputação em alta e a frente mais larga por causa das primeiras entradas laterais na cabeleira negra.

Getúlio retornava para São Borja numa comarca de um só termo, formada pelos distritos de São Borja, Iguariacá, Camaquã e Piratini, então, com uma população de 21 mil habitantes, sendo que, destes, apenas 1.075 eram eleitores.

Esses dados estão no *Almanaque Laemmert*, para o ano de 1909. É uma das minhas fontes que mostrarei mais adiante.

Segundo a mesma fonte, a comarca contava com três advogados – Julio Garcia Trois, Homero Baptista e Cândido Marques da Rocha – além de um juiz distrital, Dr. Leão Alfredo Berthe, e um promotor, Dr. Fabriciano Julhinho Braga.

Ainda completavam a estrutura judiciária do Município para o ano de 1909: os notários Bernardino Alves Ferreira e Felisberto Baptista; a escrivã da Provedoria e

Casamento, Andréa Moligan; o escrivão do Cível e Crime, João Maria Marques; e de Órfãos e Ausentes, Garcia Trois.

Era uma equipe bem pequena para uma cidade que tinha também uma vida judiciária ainda pequena.

Na bagagem, além das encomendas para amigos e familiares, Getúlio trazia muitos volumes da sua biblioteca particular, deixando explícita a sua escolha de ficar em definitivo na cidade.

A escolha por trocar a carreira de promotor na Capital do Estado pela de advogado no interior poderia parecer, em princípio, um erro. Na Capital, Getúlio estava muito mais próximo do centro do poder, aparecendo sempre na imprensa oficial e, portanto, com mais oportunidades para uma ascensão política, contudo o cálculo de construção de uma carreira política muitas vezes não é tão linear.

O retorno de Vargas para São Borja não significava necessariamente um retrocesso na sua trajetória, mas uma reformulação, uma volta para construir uma base política. Semelhante escolha faria o amigo e colega João Neves da Fontoura, que relatou, em suas memórias, o conselho que havia recebido do próprio Borges de Medeiros para retornar à cidade natal e ajudar o pai na política partidária e na administração dos interesses da família. O Borges teria dito para o João Neves: *Ajudai-o hoje para sucedê-lo amanhã*. Esse também teria sido o lema que levou o Vargas a São Borja naquele ano de 1909.

Realmente, a situação da família de Vargas não era desconfortável naquela época, mas havia a necessidade de mais um membro com a experiência que Vargas havia adquirido com sua trajetória na Promotoria do Estado para auxiliá-los nessa legitimidade de domínio e poder. Era preciso revigorar a hegemonia dos republicanos históricos e parar o avanço e a influência da família Escobar, que era rival regional dos Vargas e formava uma dissidência no Partido Republicano Rio-Grandense – PRR.

Muito mais do que questões financeiras, Getúlio abriu mão de um bom salário, que recebia como promotor, e optou pela insegurança de abrir a sua própria banca de advocacia em uma cidade pequena que já contava com outros advogados. O que interessava, naquele momento, eram as possibilidades políticas que seu retorno abriria e a ampliação do domínio e legitimidade da família Vargas.

Nesse contexto de procura por legitimação e ampliação de domínio político, as festas, em que Getúlio Vargas foi recebido nas solenidades públicas e privadas, patrocinadas pela alta sociedade são-borjense, serviam para reafirmar a importância do seu retorno. Um bom exemplo foi a comemoração do Ano-Novo em 1º de janeiro

de 1909, com seu impecável ritual: o indispensável churrasco gaúcho, servido com os melhores vinhos nacionais e licores, uma orquestra animando os comensais, que era a elite social de São Borja, reunidos todos à margem do rio Uruguai.

Ali se davam encontros políticos entrecortados por discursos das principais lideranças. Getúlio, o grande homenageado, teve a primeira oportunidade de mostrar-lhes a sua cultura e o seu conhecimento político, sendo delirantemente aplaudido pelos presentes, como afirma o jornal *Uruguai*, na sua edição de 9 de janeiro de 1909.

Passando o alvoroço desses primeiros dias, Getúlio retorna a Porto Alegre ainda em fevereiro de 1909 para pedir demissão do cargo de promotor em caráter irrevogável. O interessante é que ele pede essa demissão a Borges de Medeiros, que, na época, não era o presidente do Estado do Rio Grande do Sul, o que equivaleria a governador, mas, sim, o Carlos Barbosa. Era, no entanto, Borges que ainda mandava na política regional.

Essa demissão foi bem aceita, tanto que, pouco mais de três semanas depois, o nome de Getúlio Vargas apareceu no jornal *A Federação*, órgão de propaganda oficial do PRR, como um dos membros do partido republicano que iria concorrer a uma cadeira na Assembleia dos Representantes, Assembleia Legislativa.

Tal atitude mostrava que Borges de Medeiros apoiava o retorno de Getúlio para São Borja. Como consequência desse apoio, Vargas foi eleito com a terceira maior votação do Estado: 10.153 votos. A partir desse instante, a advocacia e a política partidária se fundem em um mesmo processo na busca de domínio e legitimação.

É preciso lembrar que a Constituição Estadual de 1891 determinava o funcionamento da Assembleia como algo bastante limitado. Funcionava apenas três vezes por ano, de outubro até dezembro. Sua função era limitada também, sendo mais um órgão de atribuições orçamentárias no exame de contas do governo do que um órgão legislador propriamente dito.

Portanto, sobraria ainda muito tempo para Getúlio articular sua posição política em São Borja e manter o seu trabalho de advogado, buscando legitimação junto à população da comarca. E é exatamente isso que Getúlio passaria a fazer nos próximos anos.

Como foi falado anteriormente, a pesquisa ainda está em andamento. Ainda estamos na fase de leitura e coleta de dados das fontes. Inicialmente, constatamos que a maioria dos biógrafos de Vargas não se importou muito em detalhar o trabalho dele como advogado. A maioria utiliza aquele período como mera ilustração para a sua

carreira como político.

Paul Frischauer, que foi um dos primeiros biógrafos de Vargas ainda na época do Estado Novo, afirma que esse cotidiano do escritório de Vargas era muito comum, baseado em questões relativas a terras, desavenças entre herdeiros, cobranças de pequenas dívidas, ou seja, questões do dia a dia da Província, algo muito parecido com o que ele enfrentava como promotor. Mesmo os biógrafos mais recentes, como Lira Neto, praticamente repetem essas informações, não gastando mais do que cinco ou seis páginas com a atuação de Vargas como advogado.

Portanto, se as informações sobre o exercício profissional de Getúlio Vargas são poucas, menores ainda são os estudos que procuram estabelecer essa ligação entre a prática advocatícia e as articulações políticas, partidárias e regionais e a legitimação que isso passava a Vargas na disputa pela política local.

Em sua grande maioria, os estudos a respeito de Vargas, para esse período, seguem o modelo quase que exclusivo do relato da sua trajetória político-partidária, como deputado estadual e líder do PRR. Dessa forma, nosso esforço pela reconstrução da trajetória de Getúlio Vargas como profissional de direito necessitaria de fontes alternativas.

Nesse contexto, surgiu como fundamental a descoberta dos livros das atas do júri da Comarca de São Borja sob a guarda do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Parte fundamental e inauguradora da minha pesquisa foi a descoberta desses livros. Quando eu atuava como estagiário no Memorial, dentre muitas outras funções, eu participava da higienização e da limpeza mecânica da documentação que o Memorial recebe.

Numa dessas sessões, fazendo a limpeza de livros da Comarca de São Borja, encontrei a assinatura muito característica de Getúlio Vargas. Daí comecei a investigar esses livros e a separá-los. Havia mais de 37 livros apenas dessa época, muitos dos quais com a assinatura de Vargas, mostrando as sessões de que ele participou como advogado. A partir daí, comecei a pensar em algo interessante para fazer, alguma pesquisa mais profunda.

Esses livros chegaram no Memorial em 2010, uma coleção enorme de livros das comarcas do Rio Grande do Sul – devem ser quase 5 mil livros. Da coleção de São Borja, são 80. Cataloguei e separei os 37 livros que cobrem o período de 1909 a 1923. Em maio de 2014, passei a digitalizar esses livros com o apoio do Memorial. Foram digitalizadas cerca de 4 mil e 500 páginas. Agora estamos no processo de leitura.

Como vocês podem ver, não é uma leitura fácil. Todos são escritos

manualmente. Ali, por exemplo, trata-se de uma tutela, algo bem interessante. É o próprio Getúlio que assume a tutela dos menores que estão ali – da Hermedina e da Rosa. Essa fonte é muito rica, encontramos muitos aspectos interessantes.

Infelizmente, como ainda estou na fase inicial, apresentarei apenas um pequeno trecho de cada uma.

Essa, por exemplo, é a ata de uma audiência de que ele participou em 1919. Assim, vão surgindo. A maioria das sessões são abertas e não há audiência. Naquelas em que há, existe uma descrição breve do que aconteceu, qual era o caso, as pessoas envolvidas – os clientes e os advogados.

A partir dessas informações, pretendemos remontar não apenas a trajetória de Getúlio, mas toda a questão das relações sociais. Quem eram os clientes dele, eram pessoas da elite, eram pessoas comuns? Como elas se relacionavam? Sobre tudo isso estamos produzindo fichas e tentando relacionar.

No próximo vemos a mesma ata.

Uma outra fonte interessante que descobri recentemente e vai auxiliar nessa pesquisa chama-se *Almanak Laemmert* ou *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial* do Distrito Federal. É uma fonte fantástica. Como o próprio nome diz é um almanaque com dados censitários de cada ano de todos os Municípios brasileiros. Ele é lançado sempre no começo do ano e traz dados de todos os Municípios.

Ele facilita muito a nossa investigação, porque mostra quem é quem em São Borja, desde uma lista de agricultores, empresários, donos de mercearias, advogados até toda a questão administrativa, quem eram os intendententes, os vice-intendententes, os conselheiros.

Pode passar o próximo, por favor. Vou mostrar as capas.

Ele se estrutura dessa maneira: uma lista com nomes e funções. Ou seja, se queremos saber quem era a elite de São Borja, quem tinha poder simbólico, poder político, poder econômico, podemos verificar nessa lista.

Em 1909 a lista aparece com três advogados. Em 1910, que seriam dados de 1909, o Getúlio já aparece como advogado junto com seu irmão mais velho, o Viriato, que trabalhou com o advogado Júlio Garcia Trois na banca de advocacia e se tornou rábula. Ele continuou advogando, mesmo sem ter se formado, junto com Getúlio. Então, vamos descobrindo essas coisas bem interessantes e remontando essa trajetória.

Outra fonte interessantíssima – a professora Cíntia chegou a citar – são as cartas pessoais, as cartas mandadas para Getúlio ou do Getúlio para os amigos, para os companheiros de faculdade. Essa, por exemplo, é uma carta do Viriato, irmão do Getúlio, de 1908, em que ele relata o dia a dia do escritório de advocacia do Júlio Garcia Trois, onde ele estava trabalhando, além de relatar como estava a cidade e o clima político, pedindo o retorno de Getúlio. Como a professora Cíntia falou, Getúlio, como promotor, já tinha uma perspectiva, ia fazer uma experiência como promotor e voltar para São Borja.

Essa carta está digitalizada e acessível no *site* do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. É só fazer o cadastro e acessar o arquivo Vargas. Tem coisas fantásticas, vale a pena para quem tem interesse. O *Almanak Laemmert* também está digitalizado e acessível no *site* da Biblioteca Nacional. Ele cobre de 1844 até 1940. É uma fonte maravilhosa. Se vocês virem as propagandas da época ficarão fascinados.

Vou falar rapidamente da trajetória de Getúlio em São Borja. Ele chega em 1909 e começa a estabelecer sua banca de advogado. É um começo difícil. Tenho catalogado só o primeiro ano dessa fonte dos livros da comarca. Ele participou de pouco mais de 10 sessões, ou seja, é um começo bem modesto. A maioria das sessões são do júri de ausentes, de menores e ausentes. É algo bem inicial.

Com o passar do tempo, ele começa a se aprofundar mais, ter mais casos e se tornar mais importante. Ainda é uma informação preliminar, nós vamos fazer as fichas e fechar toda essa movimentação judiciária de que ele participou.

Em 1911, ele se casa com a Darcy Sarmanho. Esse casamento é importante porque mostra uma aliança política dos Vargas com os Sarmanhos. O pai da Darcy era um importante capitalista, dono de lojas de secos e molhados, fazendas. Era uma pessoa de importante capital, um burguês na cidade, e os Vargas eram agricultores. Então, foi uma aliança bem interessante. Um ano depois já nasce o primeiro filho do Getúlio, Lutero.

A carreira do Getúlio como advogado e como deputado segue normalmente até 1913, quando há um fato bem interessante: Getúlio participa da eleição e é reeleito deputado estadual para um segundo mandato. Em 13 de outubro de 1913, ele renuncia na primeira sessão. Oficialmente, Getúlio disse que renunciou em solidariedade a Isidoro Neves da Fontoura, pai do João Neves da Fontoura, porque ele teria sido prejudicado pelo Borges de Medeiros nas eleições em Cachoeira.

Na verdade, ao que tudo indica, há algo mais por trás disso. Nessa época inicia-se uma grande rivalidade entre os Vargas e a família rival. Ao que tudo indica, Borges de Medeiros estava incentivando essa rixa. Qual era o jogo político do

Borges? Quanto mais rivalidade regional houvesse entre as famílias em São Borja, mais fácil seria a dominação de Borges, que incentiva por baixo dos panos fazendo um jogo político. Muitos acreditam que Getúlio renunciou devido a isso.

O SR. PARTICIPANTE – Já tinha punido Pinheiro Machado?

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – Não, Pinheiro Machado vai morrer em 1919. Aí, sim, o Getúlio começa a retomar essa aproximação com Borges. O Borges, em 1919, sente-se enfraquecido por causa dos vários protestos que começaram em 1917. Também teve a questão da guerra. Houve uma crise financeira muito grande no Estado e também a questão da Revolução Bolchevique na União Soviética. Os movimentos trabalhistas no Rio Grande do Sul começaram a fazer muitos protestos. Em 1919, a coisa estava bem feia. Houve repressão forte por parte do Borges. Num primeiro momento, ele até aceitou, chamou uma comissão do pessoal do sindicato, os anarquistas, e conversou com eles. Em 1919, ele já não aguenta mais e repreende violentamente. Nesta mesma época, Pinheiro Machado é assassinado. Então, Borges está muito enfraquecido.

Nessa disputa política em São Borja, enfraquecido, Borges vai ter que voltar atrás e procurar uma aliança com seus velhos amigos, com seus velhos aliados. Chama Getúlio e começa a fazer as pazes.

A coisa em São Borja estava muito complicada. O Viriato, irmão de Getúlio, tinha sido acusado do assassinato do médico Benjamim Torres. Inclusive algumas fontes dizem que, mais do que um motivo político, havia um motivo emocional, pois o Viriato estaria envolvido com a bela esposa do Benjamim.

O SR. PARTICIPANTE – Benjamim teria traído? Sabes me dizer.

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – O Benjamim era aliado dos Vargas. Com essa questão do Viriato, ele se bandeia para o outro lado. Imaginem numa cidade pequena o que uma traição, uma mudança de rumo faz.

O pior ainda é que o outro irmão do Getúlio, o Protásio, também se envolveu em um crime. O Protásio, assim como o Viriato, era de faca na bota, não levava desaforo para casa. Ele acabou dando um tiro num jovem maragato, e a questão ficou bem feia. O Getúlio acabou sendo advogado de defesa do irmão e conseguiu absolvê-lo.

O SR. PARTICIPANTE – Isso foi antes de 1919?

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – Isso ocorreu em 1917 e 1918.

O SR. PARTICIPANTE – Foi no braço o tiro?

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – Foi na coxa e atingiu ainda uma outra pessoa que não tinha nada a ver com o caso.

O interessante é que, para defender o irmão, Getúlio consegue “provar” – entre aspas – que a arma que o Protásio usou era uma arma de baixo calibre para atingir passarinhos e, portanto, não era algo muito grave, além de ter sido em legítima defesa. A habilidade de Vargas como advogado deveria ser muito boa.

Quando Getúlio supera todos esses problemas com os irmãos, o Viriato deixa São Borja, em 1914. Ele era intendente na época, mas abdica, sai da intendência e sai da liderança do PRR. Viriato era o substituto natural de Manuel Vargas, era o coronel da cidade e seria o grande líder, mas se afasta e só retorna em 1922.

Esse processo do assassinato de Benjamin Torres que estava em São Borja foi transferido para Porto Alegre para cair um pouco no ostracismo. Então, há todo um jogo político, um jogo de favores entre Borges e Getúlio para que Getúlio retome o controle na cidade.

Em 1919, Getúlio é reeleito deputado estadual e em pouco tempo se torna líder do PRR, assume de novo essa função de líder. É muito respeitado e visto como a nova grande liderança do partido.

Em 1922, há nova eleição e Getúlio é novamente eleito deputado estadual e passa a fazer parte da comissão que outorga as eleições e participa diretamente dos eventos que vão desencadear a Revolução Federalista de 1923.

Getúlio, como presidente da comissão, dá o aval para a reeleição de Borges de Medeiros. O problema é que essa eleição foi muito tumultuada, houve muitas denúncias de fraudes dos dois lados, não só do lado de Borges mas também do lado dos federalistas. Como a oposição já era muito grande, o resultado das eleições não é aceito.

Em 25 de janeiro de 1923, Getúlio outorga o resultado da eleição. Nesse mesmo dia, Assis Brasil e outros federalistas antigos pegam em armas e proclamam uma revolução para derrubar Borges de Medeiros.

Logicamente, Borges foi procurar seus aliados. Em São Borja, era a família Vargas, Getúlio.

Getúlio é nomeado tenente-coronel do 7º Corpo Auxiliar e prepara a defesa de São Borja, mas não chega a entrar em ação.

No começo de janeiro, Getúlio é chamado ao Rio de Janeiro para assumir como deputado federal. Deixa São Borja imediatamente e vai defender Borges junto ao governo federal. Ele assume essa tarefa de defender não somente o Borges mas a imagem do Rio Grande do Sul, que estava bem avariada por todas essas questões regionais.

É nesse exato momento que acaba a sua dualidade de deputado estadual e advogado. A partir de 1923 ele não advoga mais, torna-se deputado e, em 1924, é reeleito deputado federal e torna-se líder da bancada do Rio Grande do Sul no Rio de Janeiro. Em 1926, é chamado pelo presidente Washington Luís para ser ministro da Fazenda. Em 1927, retorna ao Rio Grande do Sul para se candidatar a presidente do Estado, como era o nome que se dava à época ao cargo de governador. Em 1928, é eleito presidente do Estado e nunca mais retorna à advocacia. Agora ele não é mais uma liderança regional, mas uma liderança nacional e está pronto para novos voos. É isso.

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico do Espírito Santo) – Cumprimento o André pelo magnífico trabalho que apresentou.

Faço ainda uma consideração. A Cíntia apresentou o discurso que Getúlio fez na passagem do sétimo dia de falecimento de Júlio de Castilhos. Percebe-se ali um Getúlio Vargas influenciado pela retórica vieiriana. A Cíntia ainda percebeu que em outros discursos Getúlio Vargas adota um estilo naturalista. Sim, toda a geração era influenciada pelo naturalismo, inclusive há um célebre artigo de Getúlio Vargas sobre Zola que é bem elucidativo em relação a Getúlio.

Ainda a respeito de Getúlio Vargas, existem muitas lendas, mitos e muitos pontos ainda obscuros. Um dos pontos mais obscuros da trajetória de Getúlio Vargas diz respeito à “deposição” – entre aspas –, em 1945. Ele teria sido deposto por dois antigos companheiros dele que remontam à mocidade acadêmica castilhista, aos tempos do debate: o Góis Monteiro e o Eurico Gaspar Dutra.

Na época, 1945, terminada a guerra, a campanha contra Getúlio, em função ou a montante das reformas trabalhistas que Getúlio tinha imposto, era massacrante, inclusive os bondes circulavam com cartazes Fora Getúlio. As eleições estavam marcadas. O Eduardo Gomes era o candidato favorito. Não havia ainda institutos de pesquisa, mas o clamor popular indicava que o Eduardo Gomes seria eleito por uma margem extremamente grande. Em todas as Capitais se verificava isso.

Há quem diga que o Getúlio, percebendo a situação, teria chamado Dutra e Góis Monteiro e dito: Vocês vão me depor, porque se o Eduardo Gomes ganhar nunca mais, nunca mais. Então, o Eduardo Gomes terminou perdendo porque o Getúlio acabou deposto e foi para o Itu, até o momento em que foi a São Paulo para se declarar. Havia toda uma expectativa em relação à manifestação do Getúlio em prol do seu depositador, que era o Dutra. O Getúlio foi a São Paulo e abriu seu voto em favor daquele que o “depôs” – entre aspas –, o general Eurico Gaspar Dutra. O Dutra ganhou as eleições e o golpe terminou sendo protraído. Quer dizer, ainda não foi em 45.

Em 54 a mesma coisa. O suicídio terminou adiando o golpe. Em 55, o Raul fez referência ao contragolpe de Lott, mas o contragolpe de Lott tinha uma base muito forte que se chamou José Antônio Flores da Cunha. Quem fez com que o Lott resistisse e reagisse ao Carlos Luz, ao golpismo do momento foi o deputado José Antônio Flores da Cunha que, sabendo que o Lott estava quarando, sentadinho esperando que o Carlos Luz o mandasse para o Mato Grosso, saiu da Câmara dos Deputados e foi até o Palácio do Catete, onde encontrou o Lott e disse: Reage homem, reage porque senão não és digno das calças que vestes. E foi ao Carlos Luz e reptou o Carlos Luz.

Nesse momento, o general José Antônio Flores da Cunha deixou a União Democrática Nacional e passou para o Partido Trabalhista Brasileiro, para o PTB, recomendando aos floristas, especialmente do Rio Grande do Sul, como Poty Medeiros, Daniel Krieger e outros, que não deixassem a UDN. Este foi um outro momento, mas esse golpe foi cortado pelo general Flores. Aí chegamos a outros momentos da nacionalidade.

O que mais poderíamos dizer a respeito do Getúlio? Os problemas de assassinato, as rapaziadas de Ouro Preto não contam. Era comum, quer dizer, a morte do Prado em Ouro Preto. Outro mito seria o problema do Viriato com o Benjamin Torres. Na verdade, o Benjamim Torres traiu Getúlio. Esse problema que foi apresentado, isso aí era normal acontecer. Quer dizer, sempre existiu um problema de ciúmes, *cherchez la femme*, e coisas dessa natureza. Não existiu *femme* nenhuma nessa história. Na verdade, houve uma traição política do Benjamin Torres aos protetores dele. Aliás, isso já vinha há mais de dois anos, tanto que o Viriato fez a defesa dele dois anos antes, ela estava pronta, só estava esperando o momento de

apresentar. Ou estou errado?

Em 1907, ocorreu no âmbito do PRR um momento de renovação. Esse momento de renovação se deu em função das dissensões, muito bem colocadas pela Cíntia, a partir da morte do Júlio de Castilhos. Vocês sabem, não é segredo, que em 1904, meses depois da morte de Júlio de Castilhos, surgiu no Rio Grande do Sul o diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil, que no Porto de Pelotas anunciou para a opinião pública, o jornal, que estava de volta ao seu antigo partido e que pretendia, dentro do seu antigo partido, voltar a conviver junto aos republicanos, republicano que ele sempre foi.

Pinheiro Machado não aceitou o retorno e o Borges de Medeiros referendou. Então, o PRR estava fechado ao Joaquim Francisco de Assis Brasil. O Assis Brasil sabia que só poderia vir a ser presidente do Estado se estivesse dentro do PRR. Em 1907, essa Geração de 1907, Maurício Cardoso, Paim Filho, João Neves da Fontoura, todos eles eram liderados pelo Getúlio Vargas. Em 1909, ingressaram na Assembleia, nessa mesma legislatura, além do Getúlio Vargas, Trajano Augusto Lopes, José Antônio Flores da Cunha e alguns outros novos que apareceram dentro do PRR, renovando seus quadros.

Getúlio Vargas nunca foi liberal. Desde a prova de Economia Política na Faculdade de Direito até os seus últimos momentos, ele sempre manifestou uma postura não liberal. Na República Velha, quando todos entendiam que o *laissez faire, laissez passer* era predominante e que não havia movimentos de intervenção do Estado na economia, o Estado castilhista do Rio Grande do Sul desmentiu isso. Getúlio Vargas mais de uma vez foi porta-voz da ideia de intervenção do Estado na economia. O Rio Grande do Sul foi pródigo nisso. Aí temos a encampação do porto da Barra do Rio Grande, a encampação da Viação Férrea e outras. Aliás, socialização era entendida como intervenção do Estado na economia. Isso fica bem claro nas mensagens do Borges de Medeiros.

Há ainda um último ponto que é um outro mito, uma outra lenda a respeito de Getúlio Vargas, que é sobre a sua participação como membro da Comissão Revisora dos Poderes, integrada inclusive pelo Ariosto Pinto. Nunca houve ninguém que tivesse comprovado que Assis Brasil tivesse conseguido um terço dos votos. Não há nenhum adinículo de prova de que o Borges de Medeiros não tivesse tido os dois terços. Não existe isso.

Não existe ninguém que possa dizer de sua consciência que Getúlio tenha recebido a Comissão Revisora dos Poderes dizendo: *Vocês vêm me trazer a notícia da minha reeleição*. Não existe isso. Isso faz parte do arsenal de informações que procurava indispor o governo republicano com a opinião pública. Quero que alguém me apresente uma informação nesse sentido. Onde está a informação, a prova, de que

o Assis Brasil tenha tido votação suficiente para evitar que o Borges de Medeiros não tivesse alcançado os dois terços? Não existe. Tanto isso é verdade que, nas eleições de 1924, quando o Assis Brasil concorreu para senador, a sua derrota foi fragorosa. Havia ocorrido um cansaço de assisismo no Rio Grande do Sul, mas Getúlio Vargas abriu para o Assis Brasil depois.

Borges de Medeiros era ajudante de ordens do Pinheiro Machado e foi ungido por ele ao governo. Com a morte de Pinheiro Machado, Borges de Medeiros terminou se afastando dos pinheiristas. Ele já vinha se afastando, já pretendia assumir o controle do PRR a despeito dos pinheiristas. Isso gerou algumas dissidências. João Francisco já havia se armado contra ele. Em 1919, ele viu isso quando precisou do retorno dos velhos quadros do PRR e dos ligados ao Pinheiro Machado, como Getúlio Vargas. Precisamos ter muito cuidado e examinar sempre com *grano salis*. É muito perigoso ceder e tropeçar nos mitos e nas lendas, especialmente nessas lendas que procuram apequenar Getúlio Vargas. Não vamos dizer que ele não tivesse tido nenhuma situação que o tivesse envolvido em questões menores, mas essas questões menores são questões menores.

Devolvo agora a palavra aos ouvintes, para que possam formular as suas questões, pedindo escusas por minha intromissão indevida.

(palmas)

O SR. JOÃO BATISTA – O pai de Getúlio era general?

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico Espírito Santo) – Era general. Havia sido coronel e foi promovido a general por Floriano Peixoto.

O SR. PARTICIPANTE – (manifestação longe do microfone)

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico Espírito Santo) – O Getúlio era um menino. Viriato é que era um pouquinho mais explosivo.

Viriato foi o pai de Vargas Neto, um poeta de grande sensibilidade que foi, também, promotor público, autor de Joá e outros livros. Durante um tempo, junto com o Protásio, foi um dos senhores da política de São Borja e da região.

A SRA. MARIA CRISTIANE BORTOLINI – Naquele período até 1919,

aproximadamente, ele era deputado estadual e advogado em São Borja, é isso? E onde morava?

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – Morava em São Borja, porque a Assembleia funcionava de outubro a dezembro.

A SRA. MARIA CRISTIANE BORTOLINI – Eram dois meses de funcionamento?

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – Eram (inaudível) de funcionamento, então até outubro ele morava em São Borja. Tinha lá a sua residência, e, aqui, de outubro até dezembro ficava hospedado no Grande Hotel, retornando todo ano para São Borja.

A SRA. MARIA CRISTIANE BORTOLINI – E a Assembleia era aqui, Márcio? Funcionava dois meses por ano.

O SR. MÁRCIO FARIAS – A Assembleia era aqui.

A SRA. MARIA CRISTIANE BORTOLINI – Muito obrigada.

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico Espírito Santo) – Ainda em relação a Darcy Sarmanho, ela era filha de Antônio Sarmanho, que era gerente do Banco Pelotense em São Borja. Por parte de mãe ela se chamava Lima. Descendia do general Lima, o que explica muita coisa. A família Lima também é uma família tradicional, de grande projeção social.

O SR. ANDRÉ LAPOLLI – É interessante que, em 19, a crise financeira do Estado foi tão grande que Antônio Sarmanho, que era um grande capitalista em São Borja, foi à falência. Ele estava com muitas dívidas com o Banco Pelotense, e a instituição resolveu cobrá-las. A sua própria residência estava hipotecada.

Aquela foi uma questão muito séria, e Antônio Sarmanho não teve solução, não teve outra saída a não ser dar um tiro no próprio peito. Esta foi a saída que encontrou para a vergonha que estava sentindo: deu um tiro no peito e suicidou-se em 1919.

O SR. MEDIADOR (Miguel Frederico Espírito Santo) – Só posso concluir isso? Outros dizem que foi em função de problemas surgidos na gerência do Banco Pelotense, e que ele teria sido demitido. Em função disso, como um homem honrado, suicidou-se. Depois, o espólio do Banco Pelotense foi incorporado ao Banco do Rio Grande do Sul.

Em 1928, Getúlio Vargas, presidente do Estado, desenvolveu o Banco do Rio Grande do Sul como um banco para fomentar o setor agropecuário. Um de seus primeiros financiados, com Getúlio Vargas como presidente do Estado, foi o fazendeiro Joaquim Francisco de Assis Brasil, de Pinheiro Machado.

Com isso damos por encerrados os trabalhos de hoje. Convido a todos para que estejam aqui às 14 horas, para que possam assistir aos próximos painéis sobre Getúlio Vargas.